



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura (1º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Romano – TURMA C

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Miguel Martins Gonçalves Caridade Freitas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conteúdos programáticos

I – Noções introdutórias

1. Definição e conceito de Direito Romano
2. O Direito romano e a juridicidade das normas
3. A atualidade da diferença entre Direito e Lei
4. O Direito Romano como cultura jurídica
5. O método jurisprudencial pleno na criação de Direito

II – Periodização Histórica

1. Roma do *rex* e das *gentes* (753 a.C. – 509 a.C.)
2. Transição da Monarquia para a República (509 a.C.- 367 a.C.)
3. O *populus* romano e a república (367 a.C. – 27 a.C.)
4. O *Princeps* como *primus inter pares* (27 a.C. – 285)
5. O *princeps* como *rex* no império único (285 – 395)

III – Fontes do Direito Romano

1. *Mores maiorum* e *consuetudo*
2. O *ius honorarium*
3. A *lex*
4. A *iurisprudentia*

IV. Os monumentos Fundamentais da História do Direito Romano

1. A Lei das XII Tábuas e o *ius flavianum*
2. O edicto do pretor
3. O *ius civile* e a *iurisprudentia*
4. Os conteúdos jurídicos e a arte de comunicá-los dos jurisperitos
5. A *res publica* e o direito prudencial
6. O *ius publice respondendi* e o início do fim da *iurisprudentia*

V – Os atores judiciários

1. O jurisprudente
2. O advogado
3. O juiz
4. O pretor

VI. A Codificação do Direito Romano

1. A Lei das Citações
2. O Código Teodosiano



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. As Escolas de Beirute e de Constantinopla
4. O *Corpus Iuris Civilis*

VII. A Interpretação no Direito Romano

1. O conceito de interpretação em Direito
2. A *lex* como um conjunto de *verba* e *sententia*
3. Os *verba*: a cultura da palavra entre os jurisperitos
4. Definição legal e sentido jurídico das palavras
5. Analogia, etimologia e anomalia nas palavras do Direito
6. A *sententia* como *ratio* e como *voluntas*
7. A tópica e a dialéctica na interpretação dos jurisperitos
8. As interpretações judiciais e doutrinárias
9. A interpretação como função executiva: o *imperator* intérprete
10. A *aequitas* e a *interpretatio*

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

(máximo 1000 caracteres)

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

(máximo 1000 caracteres)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

(máximo 3000 caracteres)

Bibliografia principal

Bibliografia Principal:

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Curso de Direito Romano, Vol. I, Principia, 2009
Eduardo Vera-Cruz Pinto, Apontamentos de Direito Romano, Principia, 2015
Eduardo Vera-Cruz Pinto, Lições de História do Direito Romano, I. síntese geral, AAFDL, 2016
Eduardo Vera-Cruz Pinto, Lições de História do Direito Romano, II. *interpretatio prudentium*, AAFDL, 2017

Bibliografia Secundária:

Sebastião Cruz, Direito Romano, I, Introdução e Fontes, 4ª ed., 1984
Santos Justo, Direito Privado Romano, I, 2006
Ver Eduardo Vera-Cruz Pinto, Lições de História do Direito Romano, I. síntese geral, AAFDL, 2016, "Guião de Estudo com Bibliografia Complementar", pp. 183-210

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.